



Universidade Federal do Pará – UFPA

Curso de Licenciatura Pedagogia

Dilvana Pereira Cardoso

**O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO
DE PROFESSORES EM EXPERIÊNCIAS DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO**

ABAETETUBA-PA

2023

DILVANA PEREIRA CARDOSO

**O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES EM EXPERIÊNCIAS DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de Educação e
Ciências Sociais como requisito parcial
para obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia, pela Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de
Abaetetuba.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bandeira do
Nascimento

ABAETETUBA-PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268p Cardoso, Dilvana Pereira.
 O programa residência pedagógica é a formação dos
 professores em Experiências de Alfabetização e Letramento /
 Dilvana Pereira Cardoso. — 2023.
 21 f.

 Orientador(a): Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
 Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
 Educação do Campo, Abaetetuba, 2023.

 1. Formação de professores. Programa residência
 pedagógica. Alfabetização e letramento. I. Título.

CDD 300.5

DILVANA PEREIRA CARDOSO

**O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES EM EXPERIÊNCIAS DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de Educação e
Ciências Sociais como requisito parcial
para obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia, pela Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de
Abaetetuba.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bandeira do
Nascimento

Data de Aprovação: 28/06/2023

Banca Examinadora

Profa. Dr. Sergio Bandeira do Nascimento Orientador-UFPA

Profa. Dra. Maria do Socorro Lima Pereira FAECS-UFPA

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EXPERIÊNCIAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Dilvana Pereira Cardoso

Sergio Bandeira do Nascimento

RESUMO: Este estudo está envolto na temática Formação Docente, Alfabetização e Letramento em torno do Programa Residência Pedagógica (PRP/CAPES), cujo objetivo principal consiste em descrever e analisar as contribuições do PRP no processo de formação inicial no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Pará-UFPA/Campus de Abaetetuba. O PRP, por meio do subprojeto direcionado à formação de professores alfabetizadores com base teórica integradora de alfabetização e letramento vinculados aos conhecimentos linguísticos, numa dimensão interdisciplinar, atribui perspectivas formativas mais amplas tanto aos licenciandos no curso de Pedagogia como no curso de Letras. No plano metodológico, utilizamos um estudo bibliográfico, subsidiado por uma pesquisa exploratória qualitativa a partir das observações e experiências vivenciadas no PRP. Assim, observamos uma série de procedimentos didático-pedagógicos desenvolvidas pelos docentes, assim como atitudes dos discentes, durante o desenvolvimento das atividades. Os resultados indicam que, mesmo diante de um cenário de pandemia de Covid-19, os residentes foram capazes de criar uma forma de ação e participação no processo de alfabetização; assim como a importância da experiência vivenciada foi de extrema relevância para que os mesmos venham exercer as práticas de ensino com o uso, inclusive, de ferramentas tecnológicas nesse nível de ensino.

Palavras-chave: Formação de Professores. Programa Residência Pedagógica. Alfabetização e Letramento.

ABSTRACT: This study is involved in the theme Teacher Training, Literacy and Literacy around the Pedagogical Residency Program (PRP/CAPES), whose main objective is to describe and analyze the contributions of the PRP in the initial training process in the Pedagogy Course at the Federal University of the State do Pará-UFPA/Abaetetuba Campus. The PRP, through the subproject aimed at training literacy teachers with an integrative theoretical basis of literacy and literacy linked to linguistic knowledge, in an interdisciplinary dimension, attributes broader training perspectives both to undergraduates in the Pedagogy course and in the Languages course. At the methodological level, we used a bibliographical study, subsidized by a qualitative exploratory research from the observations and experiences lived in the PRP. Thus, we observe a series of didactic-pedagogical procedures developed by the professors, as well as the attitudes of the students during the development of the activities. The results indicate that, even in the face of a Covid-19 pandemic scenario, residents were able to create a new form of action and participation in the literacy process; just as the importance of the lived experience was extremely relevant for them to come to exercise teaching practices with the use, including, of technological tools at this level of education.

Keywords: Teacher Training. Pedagogical Residency Program. Literacy and Literacy.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo principal descrever e analisar as contribuições do PRP no processo de formação inicial no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Pará-UFPA/Campus de Abaetetuba, a partir da inserção do Programa de Residência Pedagógica (PRP)¹, no período de outubro de 2020 a março de 2022, por meio do subprojeto de alfabetização e letramento interdisciplinar entre os cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia. Assim, também buscamos refletir sobre as dificuldades e as possibilidades encontradas pelos residentes no sentido de aprender e criar novas formas de ensino que promovam um processo eficaz de alfabetização e letramento no 2º ano do Ensino Fundamental.

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma das ações do Governo Federal que integram a Política Nacional de Educação para tentar a erradicação do analfabetismo, e tem como objetivo promover o aperfeiçoamento da formação inicial de professores para a educação básica, conduzindo o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática através do contato direto no ambiente escolar por meio da experiência de regência em sala de aula. Assim, permite uma maior junção da prática de sala de aula com distintos campos teóricos de ensino, a fim de constituir vínculos mais eficazes entre escolas públicas de Educação Básica e Instituições de Ensino Superior.

O Programa de Residência Pedagógica (PRP/CAPES) desenvolvido pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com a rede Municipal e Estadual de ensino, tem como processo de seleção ao ingressante do PRP dado pela abertura de edital para os profissionais interessados em participar com cronograma de inscrição e etapas de seleção que submetem um subprojeto por área de conhecimento, com objetivo de elaborar metodologia de ensino durante o desenvolvimento do PRP. Neste contexto o subprojeto selecionado foi o de alfabetização e letramento interdisciplinar entre os cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia. O subprojeto foi direcionado à formação de professores alfabetizadores com base teórica integradora no processo de alfabetização e letramento vinculados aos conhecimentos linguísticos, numa dimensão interdisciplinar que visou uma formação mais ampla tanto do pedagogo quanto do licenciando de letras, não só referente aos conhecimentos teóricos como principalmente durante a prática no ambiente escolar.

¹ O Programa Residência Pedagógica (PRP)¹, edital 01/2020, O presente edital é selecionar, no âmbito do PRP, Intuições de Ensino Superior (IES) para implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica.

A escola selecionada foi EMEIF Santa Anastácia, no município de Abaetetuba-PA. A turma escolhida foi referente ao 2º ano A do Ensino Fundamental. A escolha da escola campo para o desenvolvimento do PRP deu-se a partir da análise do desempenho na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O trabalho adotou como metodologia uma pesquisa exploratória qualitativa de observação. Por meio desta técnica, o pesquisador observava o comportamento e atitude de um grupo, ou de uma turma, enquanto são realizadas atividades, de um modo natural e sem que percebam que estão sendo observados. Esse tipo de técnica também pode ser aplicado em espaços abertos, por exemplo, no comércio, na compra e venda de produtos, possibilita o pesquisador observar o comportamento que tem as pessoas, antes de adquirir ou vender um produto, entre outras possibilidades.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2013, P. 21-22).

Quanto ao nosso referencial teórico adotamos autores como Costa e Gonçalves (2022), Silva; Cruz (2018) para tratar sobre o projeto de residência pedagógica; enquanto para o debate sobre alfabetização e letramento apresentamos Soares (2004a e 2004b), Weisz (1988), Stroiek (2016) e Ferreiro (2011) e para a discussão sobre formação de professores, Nacarato (2016) e Giroto e Costa (2023), entre outros.

De acordo com Di Palma (2012) ao falar de formação de professores em especial para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é um elemento primordial para o trabalho pedagógico, pois estabelece autonomia, responsabilidade e pensamento crítico fomentando a participação democrática do aluno em processo formativo educacional. Além do referencial teórico voltado para a formação de professores utilizamos também como base teórica dos conceitos norteadores dos livros Alfabetização e Letramento de acordo com Magda Soares (2004); Ferreiro e Teberosky (1999); Consciência fonológica ou metalinguística de Stroiek e Silva (2016), Weisz (1990), entre outros consultados.

Portanto, o presente artigo está estruturado em 04 partes. A primeira consiste em apresentar de modo panorâmico os elementos centrais da pesquisa na introdução do texto, em segunda descrevemos o programa residência pedagógica (PRP), para em seguida tratar sobre as experiências vivenciadas no PRP e finalmente apresentamos as nossas considerações finais.

O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (PRP)

O Programa de Residência Pedagógica (PRP), de acordo com Portaria GAB. Nº 259, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores², Lei nº 11.502, de julho de 2007, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica uma prioridade do Ministério da Educação. Com a finalidade de assegurar a qualidade da formação dos discentes, integrar a educação básica a educação superior, gerar aperfeiçoamentos na formação prática dos licenciados.

O Programa Residência Pedagógica é coordenado pela CAPES, considerado como programa que compões a Política Nacional de Formação de Professores e tem como valores o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciaturas deve: Garantir aos seus egressos, habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica (BRASIL, 2019). Além disso, Ele tem por finalidade promover a experiência de regência em sala de aula aos discentes da segunda metade dos cursos de licenciatura, em escolas públicas de educação básica, acompanhados pelo professor da escola (BRASIL, 2019) professores com experiência na área de ensino do licenciado e orientado por um docente da instituição de ensino superior, que atuará como professor avaliador

De acordo com a Portaria Nº 259, de 17 de Dezembro de 2019 que revogou as Portarias Capes nº 45, de 12 de março de 2018 e nº 175, de 07 de agosto de 2018. No Art. 5º São objetivos do Programa de Residência Pedagógica:

I- incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, conduzindo o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente; II- promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); III- fortalecer e ampliar a relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as escolas públicas de educação básica para a formação inicial de professores da educação básica; e IV- fortalecer o papel das redes de ensino na formação de futuros professores (BRASIL, 2019, p. 2)

Além dos objetivos já mencionados, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica (RP) serão desenvolvidos em regime de colaboração entre o Governo Federal, por meio da Capes e:

² A Política Nacional de Formação de Professores, Lei nº 11.502, de julho de 2007, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica – uma prioridade do Ministério da Educação.

I - As IES que tiveram projeto institucional aprovado em edital de seleção dos programas e firmaram instrumento para a implementação das bolsas de que trata esta portaria; II - os Estados, o Distrito Federal e os municípios por meio de suas Secretarias de educação ou órgão equivalente e as escolas públicas de educação básica que firmarem termo de adesão ou de participação nos programas (BRASIL, 2019, p. 2)

O fortalecimento entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a escola pública, gera uma integração entre o saber teórico e a prática promovendo o aprimoramento dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos, com o ensino de acordo com as orientações da Base Nacional Comum curricular (BNCC).

Na Portaria nº 259 de 17 de Dezembro de 2019, podemos encontrar as orientações para os projetos tanto do PIBID quanto da RP, pois se trata de projetos com caráter institucionais, sendo possível a submissão de um projeto institucional por programa. Nele também podemos encontrar as vigências dos projetos estabelecida no instrumento legal de contratação da proposta ou conforme dispuser o edital e normativos do programa. De acordo com o Art. 14:

O projeto institucional deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência e da residência pedagógica, entre as quais: I - estudo do contexto educacional envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliers, secretarias; II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o processo de ensino-aprendizagem dos licenciados; III - planejamento e execução de atividades em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do licenciando; IV - participação nas atividades de planejamento do projeto pedagógico da escola, bem como em reuniões pedagógicas; V - análise do processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos ligados ao subprojeto e também das diretrizes e currículos educacionais da educação básica; VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais para o estudo de casos didático-pedagógicos; VII - estudo e discussão de casos didático-pedagógicos com os demais participantes do projeto; VIII - desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas e instrumentos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos didáticos; IX - elaboração de ações no espaço escolar a partir do diálogo e da articulação dos participantes dos programas, e destes com a comunidade; X - sistematização e registro das atividades em portfólio ou instrumento equivalente de acompanhamento; XI - desenvolvimento de ações que estimulem a inovação, a ética profissional, a criatividade, a inventividade e a interação dos pares (BRASIL, 2019, p. 5-6)

Além disso, as instituições devem desenvolver as atividades do projeto nas escolas habilitadas no sistema de gestão da CAPES atendendo a ordem de prioridade registrada pelas secretarias de educação ou órgão equivalente.

Para a submissão de projetos institucionais aos editais tanto do PIBID quanto da RP a instituição de ensino superior tem de ser administrada no Brasil e manter as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao cumprimento e execução do projeto. E para as IES privada, estar credenciada no Sistema de Regulação

do Ensino Superior e MEC e isenta de processo de supervisão, e apresentar, quando avaliada, Conceito Institucional (CI) ou Índice Geral de Curso (IGC) igual ou superior a 3. E quando tratar-se de IES estaduais e municipais que não aderiram ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do governo federal - apresentar ato autorizativo de funcionamento expedido pelo órgão de regulação da educação superior de sua Unidade Federativa e, quando avaliada, o conceito institucional obtido na última avaliação. O projeto institucional será selecionado por meio de chamada pública promovida pela CAPES e deverá apresentar:

I - a estratégia a ser adotada para articular teoria e prática no desenvolvimento das atividades nas escolas da rede pública de Educação Básica; II - as contribuições para o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura; III - as expectativas de como o projeto contribuirá com as escolas da rede pública de educação básica; IV - as estratégias de articulação com as secretarias de educação do estado e dos municípios; V - as ações que podem ser ampliadas para as demais licenciaturas; VI - a descrição da contrapartida oferecida pela instituição para o desenvolvimento do projeto institucional (BRASIL, 2019, p.7).

As etapas de avaliação e seleção dos projetos institucionais serão definidas em edital. O edital de seleção poderá acrescentar outras exigências para a composição do projeto institucional e será de responsabilidade da CAPES informar, por meio de ofício, o prazo máximo para início das atividades do projeto institucional.

O Programa Residência Pedagógica possui a modalidade de bolsa, que serão concedidas a residentes e iniciação à docência, a preceptor e supervisor, docente orientador e coordenação de área e ao coordenador institucional. Além disso, o PRP elabora requisitos para a concessão das bolsas a Iniciação à docência, Residente, Preceptor e supervisor, Docente orientador e coordenação de área e Coordenador institucional. Iremos ressaltar, nesse trabalho apenas os requisitos para Iniciação à docência e ao Residente.

Para participação como discente de iniciação à docência: Estar regularmente matriculado em curso de licenciatura da IES, na área do subprojeto; ter concluído no máximo 60% da carga horária regimental do curso de licenciatura ao ingressar no programa, ser aprovado em processo seletivo realizado pela IES; possuir bom desempenho acadêmico, dedicar-se as atividades do PIBID, observando a carga horária mínima de trinta horas mensais e firmar termo de compromisso por meio de sistema eletrônico próprio da CAPES. Para participação como residente: Estar regularmente matriculado em curso de licenciatura da IES na área do subprojeto, ser aprovado em processo seletivo realizado pela IES, ter cursado o mínimo de 50% do curso ou estar cursando a partir do 5º período, possuir bom desempenho acadêmico, evidenciado pelo

histórico escolar, consoante as normas da IES, dedicar-se as atividades do RP, conforme carga horária mensal estabelecida em edital e firmar termo de compromisso por meio de sistema eletrônico próprio da CAPES. Na Portaria nº 259 também encontramos as atribuições dos bolsistas ou participante do projeto na modalidade de coordenador institucional, registrados no Art. 42

I -gestão administrativa do projeto institucional: a) responder pela coordenação institucional do programa perante as secretarias de educação as escolas, a IES, e a Capes; b) acompanhar as atividades previstas no projeto e seus subprojetos; c) assessorar a pró-reitora de graduação ou órgão equivalente sobre assuntos relacionados aos programas de formação de professores da educação básica; d) atualizar, nos sistemas de gestão da Capes, informações relativas às escolas nas quais se desenvolverão as atividades dos programas; e) preencher informações sobre as atividades desenvolvidas no projeto em sistemas de gestão da Capes, quando solicitado; f) responsabilizar-se pelo acompanhamento e efetivação do cadastro dos bolsistas do programa que coordena em sistema eletrônico próprio da Capes; g) examinar o pleito dos participantes do projeto; h) deliberar quanto à suspensão ou cancelamento de bolsas, garantindo a ampla defesa dos bolsistas do projeto; i) enviar à Capes documentos de acompanhamento das atividades dos beneficiários do programa, sempre que forem solicitados; j) manter-se atualizado em relação às normas e manuais estabelecidos pela Capes; k) manter seus dados atualizados nos sistemas de gestão da Capes; l) comunicar imediatamente à Capes qualquer alteração ou descontinuidade das atividades do projeto institucional ou de seus subprojetos. m) solicitar documentação comprobatória dos requisitos para o recebimento das bolsas previstas nesta portaria e manter essa documentação arquivada, conforme legislação pertinente; n) cadastrar no sistema de gestão da Capes os docentes orientadores e os coordenadores de área; o) acompanhar a folha de pagamento dos bolsistas de sua IES; p) informar à Capes, durante a execução do Projeto, os núcleos que apresentarem número de licenciando inferior a 75% do número mínimo definido em edital; q) encaminhar à Capes, quando solicitado, documentação comprobatória de que atende aos requisitos estabelecidos nesta Portaria para a modalidade de bolsa de coordenador institucional. II - gestão didático-pedagógica: a) elaborar o projeto institucional articulado com os currículos dos cursos de licenciatura e as orientações da BNCC; b) coordenar institucionalmente o projeto; c) articular-se com os dirigentes das secretarias de ensino e os diretores das escolas a fim de desenvolver de forma integrada as ações do projeto institucional; d) realizar o acompanhamento pedagógico do projeto institucional; e) promover reuniões e encontros periódicos com os participantes do projeto, membros das escolas e docentes da IES para tratar de assuntos relativos ao projeto institucional; f) participar das atividades de acompanhamento e de avaliação dos programas colaborando com o aperfeiçoamento do Programa; g) participar da organização de seminários de formação de professores para a educação básica promovidos pela IES ou pela Capes (BRASIL, 2019, p. 13-14).

As atribuições dos bolsistas ou participante do projeto na modalidade de coordenador institucional, é composta de atribuições gerais e atribuições específicas para cada modalidade de bolsa: A Residente, a Iniciação à docência, a Preceptor e Supervisor, Docente Orientador e Coordenação de área e ao Coordenador Institucional. O acompanhamento e a avaliação serão realizados pela CAPES mediante análise das informações sobre as atividades e as ações desenvolvidas na IES. A CAPES poderá solicitar ajustes nos subprojetos e determinar a sua descontinuidade no caso de não

observância às recomendações. Os relatórios de atividades e demais dados solicitados pela CAPES poderão servir de comprovação do cumprimento do objeto para efeito de prestação de contas. A avaliação dos projetos tem como objetivo verificar o alcance das metas dos programas e será realizada por meio de instrumentos e sistemas específicos, sendo obrigatória a participação dos integrantes do projeto quando solicitado.

O resultado dos processos de acompanhamento e avaliação poderão ser utilizados para decisão quanto à manutenção do projeto na IES, no todo ou em parte. A concessão das bolsas está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da CAPES. A quantidade de bolsas concedidas poderá ser alterada pela CAPES durante a execução do projeto para atender a ajustes orçamentários.

Ademais, conhecer de perto o dia a dia da vida escolar antes da conclusão da graduação ou da formação pedagógica, O PRP também carrega um enorme peso no currículo afinal o residente terá não só a formação acadêmica requerida, mas conhecimentos e práticas que serão essenciais e enriquecedora ao longo de sua carreira profissional. Outro fator importante é a conquista da segurança para atuar na sala de aula, visto que a primeira experiência de um professor costuma ser muito desafiadora frente à sala de aula. Saber o que fazer e como agir diante de determinadas situações atípicas no ambiente escolar vai além das teorias ensinadas nas disciplinas de uma graduação; por isso, a vivência na rotina de uma instituição é essencial.

A seguir relatos dos resultados e discussões da vivência do PRP na escola Campo.

NARRATIVAS DE VIVÊNCIA DO PRP NA ESCOLA SANTA ANASTÁCIA

Neste relato de experiência que foi obtida na minha participação do PRP como voluntária residente na EMEIF Santa Anastácia, no município de Abaetetuba-PA, aplicada em uma turma do 2º ano A do Ensino Fundamental. A escolha da escola para o desenvolvimento das atividades docentes deu-se a partir da análise do desempenho na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) aplicadas a alunos do 5º ano e do 9º ano do Ensino Fundamental, buscando escolas com baixo índice na comparação com a média municipal.

A escola EMEIF Santa Anastácia, está localizada na Travessa Manoel Costa, S/N próximo ao Equatorial, bairro Mutirão, Abaetetuba-PA³. Atualmente tem 33 anos de fundação, seu público alvo: séries iniciais do 1º ao 5º ano; sua infraestrutura possui as

³ O bairro do mutirão em que está inserida a escola-campo é o mesmo em que está localizado o campus de Abaetetuba, da Universidade Federal do Pará. Espaço de periferia da cidade de Abaetetuba, com características de violência e de grupos sociais de baixa renda.

seguintes instalações: 05 Salas de Aula, 01- Secretaria, 01- Sala dos Professores, 01- Sala de Leitura, 01- Cozinha, 03- Banheiros e 01- Quadra Poliesportiva. Nela trabalham os profissionais incluindo professores, coordenação, Administrativos, Serviços gerais, Pedagogo, Secretário escolar, Segurança e Monitores.

Vale ressaltar que a escola Santa Anastácia fica localizada no mesmo bairro onde o campus da Universidade Federal do Estado do Pará – UFPA está inserida. O bairro Mutirão é um dos poucos da cidade que dispõe de uma área verde considerável, situada precisamente no Campus da UFPA. Por meio do projeto Ecologizar⁴, a instituição, vem realizando ações de caráter ambiental na comunidade, em vigor também junto da Escola Santa Anastácia, que visa conhecer e problematizar questões ambientais existentes no lugar marcado por características próprias, e pontualmente a partir de interações com as crianças e suas formas de contato com a natureza.

O subprojeto selecionado para participar do PRP foi o de “alfabetização e letramento interdisciplinar” entre os cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia do campus de Abaetetuba da UFPA, sob coordenação da professora. Dr^a. Sandra Karina Barbosa Mendes e do professor Dr. Alessandro Nobre Galvão. Foi selecionada a turma do 2º ano A do Ensino Fundamental devido ser nessa etapa em que os alunos aprendem a Decodificação/ Fluência de leitura; Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita; Construção do sistema alfabético e da escrita ortográfica.

A experiência vivenciada no PRP é fundamentada na observação durante as aulas ministradas pelas professoras preceptoras (Professoras participantes do PRP e responsáveis por acompanhar as atividades dos Bolsistas e Voluntários Residentes). Observamos que as propostas de atividades apresentadas pelas professoras preceptoras em sala de aula tiveram como base a preocupação em facilitar a aprendizagem dos alunos. Na turma do 2º ano A do Ensino Fundamental foram utilizadas atividades didáticas para deixar as aulas mais interessante e atrativa para os alunos.

O PRP foi composto por um total de 20 discentes/residentes, sendo 10 acadêmicos do curso de Letras e 10 do curso de Pedagogia, 02 docentes orientadores, um de cada curso elencado e 02 professoras preceptoras. A organização dos residentes na prática da escola-campo ocorreu de modo que os discentes dos referidos cursos pudessem compartilhar o mesmo espaço, para vivenciar em conjunto cada etapa do projeto.

⁴ Ação extensionista, UFPA (Edital Proex N° 03/2020 – Eixo Transversal. Período de vigência: 08/2020 a 07/2021. **Ecologizar:** Encontros De Crianças Com A Natureza. Escola Santa Anastácia, com orientação da Professora Eliana Pojo

Em razão do distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19, todas as ações formativas do PRP se deram através do ambiente virtual de modo síncrono (é aquela que ocorre de forma simultânea e rápida, a exemplo videoconferência na plataforma *Google Meet*) e assíncrono (é mais lenta. É o caso dos e-mails e mensagens via WhatsApp). Deste modo, o desenvolvimento do programa aconteceu em diferentes etapas, sendo elas: **Formação** dando início às atividades do PRP em outubro de 2020, onde ocorreram reuniões de seminários, palestras, oficinas e minicursos, com todos os envolvidos no projeto (gestores, residentes e preceptores); **Ambientação/observação**, para uma apresentação geral da equipe e conhecimento da realidade escolar e a da **Regência** elaboração e execução de aula.

As ações formativas foram propostas nas reuniões com os coordenadores de subprojeto, a saber: cursos de formação para residentes e preceptores, oficinas e seminários que tiveram por objetivo promover nos residentes a apropriação de conhecimentos referentes ao processo de alfabetização, letramento e consciência fonológica, de acordo com os autores que tratam dessas temáticas, assim como metodologias para trabalhar os componentes curriculares de Língua Portuguesa a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular.

Após as orientações formativas, passamos para o módulo de observação no ano letivo de 2021, no entanto as escolas continuavam no ensino não presencial, em que os professores realizavam aulas síncronas e assíncronas. Assim, iniciamos mais um módulo do programa de maneira *on-line*, via aplicativo de mensagens, o *WhatsApp*. As ações formativas desse módulo ocorreram entre os meses de abril e setembro de 2021 (exceto férias escolares) em diferentes etapas, reuniões formativas da prática da realidade escolar, estabelecimento da relação dos residentes com os alunos da escola campo por meio de ambiente virtual, destinada à fase de observação do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, de videoconferência na plataforma *Google Meet*. Salienta-se que o ensino não presencial demandou uma adaptação no planejamento inicial realizado pelos bolsistas e voluntários do PRP para que pudessem iniciar as práticas pedagógicas na escola-campo.

Em decorrência disso fomos inseridos (5 residentes de letras e 5 de Pedagogia) ao grupo de *WhatsApp* da turma do 2º ano A (turma observada) da EMEIF Santa Anastácia, a qual estive inserida, e fomos integrados à realidade escolar de maneira a observar atentamente como as professoras preceptoras conseguiam planejar e executar suas aulas no ensino não presencial, utilizando novas metodologias e ferramentas tecnológicas para promover o ensino aos alunos, bem como elas conseguirem, em tempo recorde, se adaptar e manipular programas e aplicativos para fazer edição das aulas gravadas .

Posteriormente, com o auxílio das professoras preceptoras, e por meio das observações feitas durante a integração, seguimos para a fase da regência, que é o período dentro do PRP em que os residentes são responsáveis por elaborar e aplicar aulas e, munidos das habilidades e competências, realizam o planejamento das atividades relacionadas aos assuntos identificados na fase de observação na turma. Ademais, fomos incumbidos, cada residente, de elaborar, dentro da disciplina integradora de Língua Portuguesa, com ênfase na alfabetização, planos de aula em conformidade com a BNCC, que contemplaram principalmente os campos de atuação na área de linguagens contidas no livro didático “APIS” de língua Portuguesa do 2º ano do Ensino Fundamental.

Desse modo, as aulas planejadas pelos residentes foram aplicadas sob o formato de vídeo aula, confeccionado segundo orientações das preceptoras com uso de celular por meio dos aplicativos de edição “*Mobizzem e Adob Acrobat*” e enviadas por meio do grupo do WhatsApp da turma, contendo orientações das atividades propostas que deveriam ser resolvidas pelos alunos no bloco impresso, bem como o retorno dos pais/alunos, utilizando recursos visual.

Diante de toda experiência proporcionada no PRP, foi possível inferir que os residentes compreenderam que as habilidades e competências necessárias ao implemento da alfabetização são aquelas que envolvam, por meio da instrução sistemática, os conhecimentos acerca da alfabetização e letramento aliado aos benefícios da consciência fonológica. Assim, conforme Magda Soares (2004), compreendemos a importância da alfabetização e do letramento para a aprendizagem da leitura e da escrita como processos distintos, porém, “indissociáveis”. Nesse sentido:

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004, p.10).

Dessa maneira, o processo de alfabetização de ser conduzido dentro de um contexto significativo, ou seja, no dia a dia do educando, de forma sistematizada e ordenada em que a prática do docente seja capaz de propiciar um ensino em que o aluno desenvolva habilidades.

Ferreiro e Teberosky (1999) em consonância com Weisz (1990) também apontam a importância de o professor conhecer as “fases da leitura e da escrita”, pois em seus estudos apontam que o aprendiz formula hipóteses a respeito do código escrito, percorrendo um caminho de aprendizagem representado pelos níveis Pré-silábico, silábico, silábico alfabético e alfabético.

A criança começa diferenciando o sistema de representação escrita do sistema de representação do desenho. Tenta várias abordagens globais (hipótese pré-silábica), numa busca consistente da lógica do sistema, até descobrir - o que implica uma mudança violenta de critérios - que a escrita não representa o objeto a que se refere e sim o desenho sonoro do seu nome. Neste momento costuma aparecer uma hipótese conceitual que atribui a cada letra escrita uma sílaba oral. Esta hipótese (hipótese silábica) gera inúmeros conflitos cognitivos, tanto com as informações que recebe do mundo, como com as hipóteses de quantidade e variedade mínima de caracteres construída pela criança (WEISZ, 1990, p. 73).

Cabe ao professor atuar sistematicamente para promover uma alfabetização que estabeleça um elo para a função social da linguagem. Nesse sentido, os professores foram mais uma vez responsáveis por mediar os conhecimentos dos alunos, não só sobre os conteúdos escolares, também acerca das novas formas de linguagens tecnológicas utilizadas durante as aulas. Conhecer a importância da consciência fonológica ou metalinguística para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita se fez de extrema importância para a atuação na regência, pois, segundo Stroiek e Silva (2016, p. 6) “a habilidade de manipular a estrutura sonora das palavras desde a substituição de um determinado som até a segmentação deste em unidades menores”, por meio do treino com atividades de consciência fonológica é essencial para que o professor alfabetizador, intencionalmente, encontre a melhor maneira de fazer a mediação entre ensino e aprendizagem do código escrito, a fim de ajudar o aluno a alfabetizar-se.

Ao analisar a experiência durante as etapas do PRP e considerando o contexto atípico no qual ela ocorreu, compreende-se que o ensino remoto possibilitou a todos os responsáveis pela educação escolar inúmeras adaptações e superação das dificuldades impostas pelo período pandêmico, uma das maiores dificuldades observadas foi que a responsabilização pela continuidade das aulas recaiu sobre os professores que tiveram que responder rapidamente às exigências do ensino não presencial com pouco preparo prévio e muitos sem recursos tecnológicos adequados. Assim:

[...] precisaram se reinventar e repensar o processo de ensino e aprendizagem, que de uma ora para outra, passou a ser realizado de forma não presencial, obrigando professores e alunos a adaptar-se às novas condições impostas, sem o devido planejamento e tão pouco a disponibilidade de formação docente (VALLE; MARCOM, 2020, p.140).

O uso das ferramentas digitais foi a dificuldade encontrada por grande parte dos professores para viabilizar as aulas aos alunos, no entanto, quando transposta, se tornou necessária e se apresenta como um recurso metodológico importante para o ensino quando ao retorno das aulas presenciais, um dado que merece destaque é o fato de que muitos alunos que não têm acesso adequado à internet e aparelhos eletrônicos para

realizar as atividades, mas como forma de suprir essa demanda foram criadas apostilas para que esses alunos também pudessem ter acesso ao ensino.

Essa nova modalidade de trabalho impactou tanto os professores experientes que precisaram repensar novas formas de interação e mediação a serem utilizados no processo ensino-aprendizagem, como também os professores iniciantes em residência pedagógica, de modo a exigir que estes deixassem o ensino tradicional e buscassem novas metodologias para adequar o ensino. Assim, durante o período de intervenção dos residentes, foi possível notar mudanças positivas no desenvolvimento escolar dos alunos da classe acompanhada. Cabe aqui salientar que, todo avanço no desenvolvimento da criança foi alcançado com ajuda de recursos diferenciados utilizados com o objetivo de aguçar o interesse desta, levando-a a realizar suas atividades com dedicação.

Nesta nova empreitada também ficou clara a importância da relação entre a família e a escola para o bom (talvez não tão bom) desempenho dos alunos, pois se de um lado os professores foram responsáveis pela continuidade das aulas, aos pais e familiares couberam a tarefa de substituir o professor durante a resolução das atividades propostas, e estes se tornaram os agentes mediadores desse ensino em casa. Como toda pessoa tem direito a educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem, senão educados, ao menos, informados no tocante a melhor educação a ser proporcionada a seus filhos.

Dessa forma, temos que uma boa relação entre família e escola deve permear o fazer educativo e durante este período de ensino remoto a escola, através dos professores, tiveram que exercer a ação educativa junto aos pais no sentido de que estes também tiveram que ser ensinados a utilizar os meios digitais para ajudar os filhos nos estudos em casa.

A formação de professores encontra-se inserida nas políticas educacionais do país, dentre elas o PRP atua como um elo de ligação entre a escola e a universidade, pois através da implementação do projeto na escola campo foi possível assegurar o desenvolvimento profissional tanto dos residentes como dos professores, dada a importância de proporcionar: articulação da formação inicial, indução e formação em serviço numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida dos sujeitos bem como, atenção aos primeiros anos de exercício profissional e à inserção dos docentes nas escolas.

Costa e Gonçalves (2022) ponderam que a Formação de Professores é essencial para aplicar a teoria aprendidas nos cursos de licenciaturas na prática escolar, pois a teoria e a prática são duas dimensões relacionais complementares aplicáveis em sala de aula. Sendo assim, a teoria é formulada a partir da prática e, por sua vez, a prática é a teoria

desenvolvida no fazer docente. As importâncias da troca de saberes das instituições formadoras de nível superior com as instituições de educação básica contribuem de maneira significativa para a formação de professores pois incorpora a teoria com a prática.

Para tanto, entende-se que a parceria universidade-escola, de acordo com Nacarato (2016, p. 713): “precisa ser uma construção coletiva, pautada no respeito e na abertura ao diálogo. Não há manual de orientação para fazê-la acontecer; ela é construída no processo”. O PRP se torna fundamental para que futuros professores tenham a oportunidade de vivenciar na prática a ação docente e consigam compreender a complexidade do trabalho, desde o planejamento até a execução do planejado.

[...] é com a prática que os acadêmicos de licenciatura poderão ter a oportunidade de conhecer a sua área de atuação futura, e somente colocando-se em contato com o fenômeno e vivenciando-a, é que se poderá conhecê-la (SILVA E CRUZ, 2018, p. 287)

Nesse sentido, destaca-se que o desenvolvimento do PRP oportunizou aos discentes dos referidos cursos a transversalização dos saberes dispostos em cada um deles, a fim de amenizar as dificuldades existentes durante o processo de letramento e alfabetização, além de promover a experiência dos graduandos na realidade escolar, valorizando e incentivando, a partir dos conhecimentos teóricos, a prática docente em contexto atípico em função do ensino não presencial. De acordo com Ministério da Educação (MEC) o uso da tecnologia possibilitou continuidade aos estudos de milhares de alunos, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Diante disso, é necessário compreender a necessidade do fortalecimento da relação escola/universidade na formação inicial, pois ainda é frágil a integração entre as instituições implicadas na formação e desenvolvimento dos professores. Na prática, essa parceria fica explicitada nas bases legais, complexas e muitas vezes até conflitante, uma vez que a formação inicial se constitui de uma natureza acadêmico-pedagógica, na qual se configura como a possibilidade de o docente em formação conhecer e interagir com o futuro ambiente de trabalho e com os atores sociais que o constituem.

A participação do PRP foi de suma importância mesmo atuando na condição de residente voluntária do referido programa, pois contribuiu para minha formação, de maneira bastante positiva, além de me oportunizar na prática a ação dos docentes que contribuíram para minha vivência no PRP desde o planejamento até a execução das ações planejadas, principalmente para amenizar as possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos sobre o processo de alfabetização e letramento que foi o foco do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal descrever e analisar as contribuições do PRP no processo de formação inicial no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Pará-UFPA/Campus de Abaetetuba a partir da inserção do programa de residência pedagógica (PRP) por meio do subprojeto de alfabetização e letramento interdisciplinar entre os cursos de licenciatura em letras e pedagogia, além de refletir sobre as dificuldades e as possibilidades encontradas pelos residentes no sentido de aprender e criar novas formas de ensino que promova um processo eficaz de alfabetização e letramento no 2º ano do Ensino Fundamental.

É importante ressaltar que a relação que se estabelece continuamente durante a vigência do PRP entre o professor-regente que está na condição também de Preceptor com o discente-residente em processo de formação docente, seja por meio das formações com curso e oficinas, além da interação no planejamento das ações pedagógicas são extremamente significativas para ambos, além de que refletem ganhos muito significativos para os alunos que estão em processo de alfabetização.

Apesar de termos vivenciado essa experiência significativa durante um cenário de pandemia, o que acabou dificultando as nossas ações pelo modo virtual a qual foram disponibilizadas as ações pedagógicas, ainda assim temos uma leitura bastante positiva da importância desse programa que contribui na formação de novos docentes, assim como não deixa de ser um incentivo para os docentes que já estão no exercício profissional refletirem sobre a sua própria prática.

Com base em tudo que foi desenvolvido podemos refletir que, para que o processo de alfabetização ocorra, é necessário que os professores possuam conhecimentos teóricos específicos, e estes subsidiaram a prática das atividades propostas por preceptores e residentes, entretanto, em razão de nos encontrarmos em contexto diferente do habitual os esforços consistiram em dominar a forma e conteúdo dos planos de aulas, haja vista que todo conhecimento acerca do assunto deve ser sistematicamente e intencionalmente ensinado para que as crianças obtenham sucesso na aprendizagem. Como foram explanados anteriormente estes saberes foram devidamente adquiridos pelos residentes durante as etapas do PRP, principalmente, durante a regência, que possibilitou a todos a compreensão de como acontecem às aulas e quais metodologias devem ser utilizadas para amenizar as possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos.

O Programa Residência Pedagógica é um importante instrumento para incorporar teoria e prática nos cursos de Formação de Professores, em especial o Curso de Pedagogia. Ao acadêmico existe a possibilidade de acrescentar em sua formação conhecimentos que vão desde a teoria para aplicação no decorrer do desenvolvimento de

seu trabalho em sala de aula. Assim, se faz necessário salientar o quão importante é a formação de professores para os anos iniciais de ensino. Levando em consideração a experiência adquirida através da participação do desenvolvimento do PRP, bem como o reconhecimento profissional frente as instituições de ensino básico. A profissão docente requer o saber desenvolver competências e habilidades de formas pedagógicas, educativas, políticas e socioculturais.

Em síntese, podemos perceber que a partir da experiência relatada, que o período de pandemia impôs mudanças desafiadoras para a prática educacional, porém necessárias, pois proporcionaram aos residentes e os professores o conhecimento de novos recursos metodológicos para possibilitar o ensino aos alunos, estimular ainda mais características que são inerentes à profissão docente, a criatividade e capacidade de adaptação às adversidades. Sendo assim, a experiência promovida pelo o Programa Residência Pedagógica, possibilitou aos residentes vivenciar a realidade nas escolas desde o planejamento das aulas até o funcionamento interno das suas práticas escolares, não só como normalmente deve ocorrer, bem como em um período que necessitou de adaptações diversas à prática docente que se faz imprescindível ao processo de formação de professores alfabetizadores, percebemos assim que o PRP permitiu uma formação mais próxima daquilo que é enfrentado diariamente pelo/a professor/a em sua trajetória educacional, principalmente durante o ensino a distância imposto pelo período pandêmico.

REFERENCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Residência pedagógica**, Portaria nº 259, de 17 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/19122019-p>. Acesso em: 14 fev. 2023.

COSTA, M.J.S; GONÇALVES, J. F. G. **O programa residência pedagógica e a formação de professores: uma prática necessária para os licenciados do curso de pedagogia**. VI-EPED-Encontro dos estudantes de pedagogia (6: 2022: Abaetetuba-Pa), UFPA, 2022.p 43-49.

DI PALMA, M. S. **Organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKI, Ana. **A Compreensão do sistema de escrita: construções originais da criança e informação específica dos adultos**. In: Reflexões sobre Alfabetização. 26 ed., São Paulo, Cortez, 2011.

GIROTTTO, C. G. G.S; CASTRO, R. M. de. **O estágio curricular e a didática na formação de professores: desafios e possibilidades.** Educação, Santa Maria,v.38,n.1,2013.Disponívelem:<<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/4094/4540>>. Acesso em: 18/04/2023.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

NACARATO. A. **A parceira universidade-escola: utopia ou possibilidade de formação continuada no âmbito das políticas públicas.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED, vol.21, n.66, p. 699-716, jul-set. 2016.

PROGRAD. Programa Residência Pedagógica, 2013 Disponível em: <https://prograd.ufes.br/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em 25 maio. 2023.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirlei de Pereira. **A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências.** Momento: diálogos em educação, Rio Grande, v. 27, ed. 2, p. 227-247, 2018.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento: Caminhos e descaminhos.**

SOARES, Magda Becker. **Letramento e alfabetização: as muitas faces.** Revista Brasileira de Educação. N. 25, p. 5-17, jan./abr.2004.

STROIEK, Susan Renata; SILVA, Lisiane Borges. **O papel da consciência fonológica no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.**in: Revista de Educação Ideal, vol.11-Nº24-jul-Dez/2016.

VALLE, Paulo Dalla; MARCOM, Jacinta, L.R. desafios da prática pedagógica e as competências para ensinar em tempos de pandemia. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, J. A; WEISZ, T. **Como se aprende a ler e escrever ou prontidão um problema mal resolvido.** In: Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Ciclo Básico. São Paulo: SE/SENPE, 1988.